PESQUISADORES, PARCEIROS E MEDIADORES POLÍTICOS[1]

CARLA COSTA TEIXEIRA
Universidade de Brasília (UnB)

Este trabalho pretende discutir um padrão de relação que há pouco vem se impondo no cenário político brasileiro, as *parcerias*, pondo em diálogo as abordagens e reflexões oriundas de duas vertentes de estudos antropológicos: os estudos clássicos sobre clientelismo político e as recentes pesquisas sobre o conjunto de práticas que vem sendo chamado, por pesquisadores e atores sociais, de "terceiro setor". Contudo, não se trata de empreender um debate teórico desenraizado, não apenas por ter sérias dúvidas sobre a rentabilidade de tal empreendimento, mas, principalmente, pelo fato da própria interlocução entre ambos campos de pesquisa ter adquirido relevância ao longo das investigações etnográficas desenvolvidas na cidade de Santa Maria (DF). Na ocasião, algumas questões sobre as conexões entre, por um lado, redes de ajuda mútua e solidariedade moral e, por outro, contrato cívico e políticas públicas colocaram-se, na busca de compreender as práticas estabelecidas pelos administradores de Santa Maria.

A pesquisa de campo em Santa Maria teve sua origem nas reflexões em torno da natureza das relações de pertença comunitária, suscitadas pelo esforço compreensivo acerca da retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral de Cristovam Buarque ao governo do Distrito Federal, em 1998, desenvolvido por mim em outra ocasião (Teixeira, 2002). Embora guarde continuidade com as preocupações anteriores, o foco que servirá de

1. Este trabalho foi apresentado no Grupo de Trabalho Rituais, Representações e Narrativas Políticas no XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2003.

orientação, neste momento, incide em relações de "parceria" desenvolvidas pela administração de Santa Maria para a promoção de eventos públicos, envolvendo os próprios pesquisadores como parceiros. Antes, porém, de abordar esses fatos, julgo relevante traçar, mesmo que de forma breve, a trajetória das relações construídas no trabalho de campo que levaram à transformação dos pesquisadores – professores e alunos da Universidade de Brasília – em potenciais colaboradores, em caráter de parceria, dos programas da administração regional.[2]

De pesquisadores a parceiros

A escolha da cidade de Santa Maria, entre as várias que compõem o entorno de Brasília, deveu-se a uma entrevista dada pelo ex-governador Cristovam Buarque (PT/DF) ao *Correio Braziliense,* o jornal de maior relevância no Distrito Federal, em 1999. Naquela ocasião, poucos meses após não ter logrado ser reeleito para o governo, Cristovam referiu-se a um "caso exemplar" para explicar a vitória de seu opositor Joaquim Roriz (PMDB/DF).[3] Tratava-se de um morador de Santa Maria que, embora reconhecendo que a vida na cidade havia melhorado no governo Cristovam – com benfeitorias urbanas (água e esgoto, por exemplo) e com o programa bolsa-escola –, teria declarado que votaria em Roriz sob a alegação de que "Cristovam pode ter sido bom para Santa Maria, mas não fez nada por mim" (*Correio Braziliense*, 27 de junho de 1999).

---

2. O grupo de pesquisa, que estava realizando investigação em Santa Maria, era composto por alunos dos cursos de graduação em Ciências Sociais e História sob minha coordenação. Cada um dos participantes definiu seu próprio recorte de pesquisa no campo, em torno de questões tais como: os significados das noções de comunidade, liderança e representação; e a criação e o funcionamento do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Os participantes do grupo eram: Martiniano Neto, Mariana Malheiros Pontes, e Pedro Perna.
3. As siglas partidárias citadas referem-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Tal declaração instigou a reflexão sobre o processo de atribuição de solidariedade independente de contexto, já investigada por outros antropólogos, como uma das estratégias centrais das relações políticas – a chamada essencialização do pertencimento. Trata-se da afirmação de laços de identificação e lealdade entre indivíduos a partir de similaridades objetivas de residência, de gênero, de etnia, de classe, ou melhor, de categoria profissional, entre outras.[4] A compreensão dessa reificação política não se esgota, embora a pressuponha, na discussão conceitual da idealização e naturalização das virtudes morais da noção de comunidade, requerendo trazer à luz a disputa intrinsecamente política em torno das condições de pertença a ser consideradas legítimas como categoria política (Teixeira, 2002). Nesse sentido, somente uma etnografia na localidade pôde revelar alguns dos elementos mediadores capazes de criar experiências potencialmente produtoras, ou não, de *laços* entre os diferentes sujeitos (coletivos e individuais) no cotidiano da vida política.

Assim, Santa Maria deixou de ser apenas o cenário em que residiria o eleitor hipotético, alienado dos interesses da "comunidade", mencionado pelo candidato derrotado, e ganhou uma densidade que as estatísticas socioeconômicas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), caracterizando Santa Maria como uma localidade de aguda pobreza, tampouco conseguem atingir. A entrada no universo etnográfico por meio da sede da Região Administrativa de Santa Maria, por sua vez, definiu o recorte das instituições potencialmente mediadoras entre os moradores e destes com as redes políticas mais amplas a ser investigadas: as *parcerias*.[5] Se de imediato as muitas atividades divulgadas nas paredes

---

4. Para essa discussão, sugiro como leituras iniciais Bourdieu (1989), Cohen (s/d) e, no que se refere à prática burocrática, Herzfeld (1992). Embora focado nos "laços primordiais", Shils (1992) traz contribuições significantes ao debate.

5. Além da administração regional, havíamos listado outras instituições formais e informais tais como: escolas, diversas associações, postos de saúde, templos, creches, filas de recebimento dos benefícios sociais distribuídos pelo governo do Distrito Federal (cesta básica, pão e leite, etc.). Contudo, o desconhecimento prévio da vida local da cidade e a ausência de contatos na localidade fizeram que a sede da Região Administrativa, facilmente localizável, terminasse por ter prioridade.

do conjunto de galpões que conformavam a sede administrativa chamaram atenção, a explicação sobre elas revelou sua importância na dinâmica singular do funcionamento político-administrativo daquela instituição.

Um vasto conjunto de "projetos" e "programas", que a administração estaria desenvolvendo ou pretendendo implementar, constava em desenhos e dizeres pintados nas paredes da edificação: "Alô Maria", um serviço de ouvidoria na administração regional; "Íris do saber", reforço escolar de crianças carentes no Sítio do Gama, localidade que integra Santa Maria; "Adote e transforme sua quadra", a ser implementado para construir calçadas, colocar endereços e revitalizar praças; "Natal da comunidade", organização de comemoração com a presença de um Papai Noel, atividades recreativas, distribuição de brinquedos e comida, apresentações de grupos locais, etc. Todos esses projetos da administração seriam, majoritariamente, desenvolvidos em parceira com empresários e outras instituições locais. As imagens nas paredes revelaram-se, assim, mais que ícones dos projetos, indicadores de "soluções" político-administrativas locais; visto que, segundo a chefe de gabinete, frisando inúmeras vezes o termo parceria, esta forma de trabalhar seria conseqüência da escassez de recursos da região administrativa – uma escassez que, como se verá, não é conjuntural.

Foi nesse contexto que nos convidaram a participar e a colaborar nas atividades natalinas que se aproximavam, deixando-nos a impressão de que éramos vistos pela administração, como bem registrou um dos pesquisadores, "primeiro, como possíveis parceiros (...); segundo, como possíveis divulgadores do 'bom trabalho' da administração" (Martiniano Neto, *Notas de campo*). Ao longo da pesquisa se confirmou a nossa classificação como parceiros e a própria realização da pesquisa pareceu condicionada a essa relação. Contudo, o processo em que procuramos definir o que poderia ser tal parceria acabou por revelar-se, ele próprio, não apenas de importância etnográfica (para ambos os termos envolvidos, tanto da parte da administração quanto dos pesquisadores), como de relevância teórica. Os eventos em que participamos em parceira e, especialmente, as reuniões em que tentamos estabelecer as condições dessa relação suscitaram desentendimentos entre os sujeitos envolvidos, engendrando, assim, desdobramentos profícuos para a compreensão das inúmeras práticas e

valores envolvidos na concepção de *parceria* e seus desdobramentos para a reflexão sobre cidadania e solidariedade social.

Parceria e doação

Santa Maria é um dos locais com uma das menores rendas mensais médias no Distrito Federal. Trata-se de uma área de ocupação recente – em 2004 a cidade fez dezesseis anos – e seus moradores são predominantemente oriundos das regiões Norte e Nordeste do país. É classificada no senso comum como uma cidade satélite, o que a opõe pejorativamente, com várias outras cidades do DF, ao chamado Plano Piloto e Lagos Sul e Norte, que compõem o que é considerado Brasília propriamente dita. É uma nomenclatura que esconde uma enorme diversidade – as cidades apresentam histórias, perfis, densidades e composições distintas – e que trás em si uma forte carga de desvalorização para os que lá residem funcionando, muitas vezes, como categoria de acusação. Embora denominadas cidades, todo o Distrito Federal é governado por meio de regiões administrativas dirigidas por pessoas nomeadas diretamente pelo governador.

A Constituição de 1988 é um marco na vida política do Distrito Federal. Foi então que se estabeleceu a escolha do governador pelo voto – e não mais por indicação do presidente da República – e a criação da Câmara Legislativa do Distrito Federal (Badanhan, 1995). Contudo, a reivindicação de transformar as regiões administrativas em municípios autônomos, que nas últimas eleições se fez presente mais uma vez, não foi aprovada na Assembléia Constituinte. Essa é uma demanda recorrente no cenário político local e, recentemente, vimos o governador reeleito Joaquim Roriz promover uma consulta à população residente em cada localidade, via associações, para compor uma lista dos nomes cotados para ser administrador, dentre os quais, faria sua escolha. Esse procedimento foi motivo de polêmica e suspeição sobre a lisura da consulta e a representatividade das associações que se pronunciaram. O que importa destacar aqui é que tais consultas populares, fraudulentas ou não, não alteram as condições das administrações regionais que permanecem sem autonomia política nem financeira.

Os administradores não são eleitos pelo voto direto, podendo ser retirados do cargo por decisão do governador, e dependem da liberação de recursos do orçamento estadual, não tendo arrecadação própria. Essa estrutura administrativa condiciona a atuação de todos os administradores regionais, que freqüentemente dependem de seu posicionamento em redes de relações mais amplas dentro e fora do governo do Distrito Federal para manter sua posição e ter acesso aos almejados recursos.

Foi em meio a essa realidade político-institucional, agravada pelas condições de pobreza de Santa Maria, uma das poucas classificadas como favela pelo IBGE no Distrito Federal que, em dezembro de 2001, a administração promoveu uma série de atividades em função da proximidade das festas de Natal: O *Chá da comunidade*, o *Papai Noel itinerante* e o *Natal da comunidade*. Dessas atividades, somente o *Chá da comunidade* ocorreu em espaço fechado, no caso, uma escola em Santa Maria. As demais foram realizadas em área cimentada contínua à sede da administração, sendo margeada do outro lado pelo assentamento da Quadra Central (o qual qualificaremos mais adiante), de onde veio a maior parte do público participante. Em todos eles fomos chamados a colaborar nos mesmos termos dos demais parceiros envolvidos.[6]

Ao *Chá da comunidade*, assim como os demais parceiros (pessoas físicas e jurídicas: comerciantes e empresários locais), levamos donativos, embora modestos, a ser presenteados às crianças de uma área rural próxima e contribuições para o lanche que seria servido. No *Papai Noel itinerante*, uma atividade promovida pelo governo do DF em que um trio elétrico levava um Papai Noel e seus ajudantes (um duende e duas fadas) a diferentes cidades satélites, fomos apenas como observadores, pois as atenções se concentravam em torno da chegada do Papai Noel que, para frustração do público presente, principalmente os adultos, apenas distribuiu balinhas. Inesperadamente, nossos blocos de anotação transformaram-se em um grande atrativo para as crianças que disputavam nossos serviços para fazer suas cartas de pedido de presentes e aproveitar a oportunidade para entregá-las pessoalmente ao Papai Noel. Nesse evento, não apenas a nossa, mas a

6. Para os interessados em uma análise mais focada nestes eventos, ver Neto 2002.

própria contribuição da administração foi pontual, restringindo-se a montar um palanque com motivos natalinos, organizar um trio elétrico onde a apresentadora de uma rádio local animava o ambiente até que o Papai Noel chegasse e convocava os moradores para comparecer.

Destas, a atividade mais importante, mais elaborada, envolvendo o maior número de pessoas, tanto em público como em parceiros, foi *O Natal da comunidade*. De inteira responsabilidade da administração regional, a festa durou o dia todo, envolvendo um conjunto diversificado de atividades e de colaboradores. Havia barraquinhas de cachorro-quente, crepe, pipoca, pizza e uma longa e farta mesa de frutas, leite com chocolate e sanduíches de queijo e presunto. Em termos de atividades recreativas e de serviços, destacavam-se dois brinquedos do tipo "pula-pula", duas camas elásticas, uma oficina de produção de brinquedos com material reciclável, uma barraca na qual eram produzidos bichinhos a partir de longos balões de aniversário e realizadas pinturas faciais de super-heróis e animais estilizados nas crianças e uma outra onde era aferida a pressão arterial e prestados esclarecimentos sobre fisioterapia. Houve, ainda, a distribuição de bambolês e de bolas de futebol de plástico (jogados de cima do trio elétrico) e o sorteio de bicicletas e bonecas, feito pessoalmente pela administradora. Anunciados pela animadora (a mesma do evento anterior), vários grupos locais apresentaram-se, entre eles um coral, um grupo de dança *country* e uma equipe de judô; e um *show* de mágica foi realizado por jovens do Plano Piloto.

Do alto do trio elétrico, a animadora buscava orientar a atenção do público para a seqüência de apresentações, anunciava os "patrocinadores" (empresários locais), destacava a presença de personalidades públicas (líderes locais e políticos – o ex-senador José Arruda[7] compareceu) e lembrava de tempos em tempos a "madrinha" política de Santa Maria (a deputada distrital Eurides Brito, eleita pelo PMDB, e então secretária de

7. José Arruda fora senador pelo (PSDB/DF) Partido da Social Democracia Brasileira, renunciando ao mandato em 2001 em razão da sua participação no episódio de quebra do sigilo do painel de votação do Senado, quando da votação secreta da cassação do senador Luiz Estevão – no qual também esteve envolvido o senador Antônio Carlos Magalhães (Partido da Frente Liberal, BA).

educação do Distrito Federal). A única a discursar foi a administradora, aproveitando a ocasião para fazer, logo que chegou, um breve pronunciamento no qual prometeu instalar as redes de água, de esgoto e de luz para algumas quadras, no prazo de 150 dias; finalizando com um pedido aos moradores, ainda não contemplados com as melhorias, para que não deixassem de sonhar.

Assim, pudemos mapear que compareceram ao *Natal da comunidade*, além dos empresários locais, alunos do curso de fisioterapia de duas faculdades particulares, o "grupo da UnB" (como éramos chamados), diversas associações comunitárias, o "exército" e, é claro, a própria administração. Os empresários locais foram responsáveis, por meio da doação dos produtos ou de recursos financeiros, pelo café da manhã e demais comidas, os brinquedos sorteados, as camas elásticas e os brinquedos "pula-pula"; os estudantes de fisioterapia prestaram serviços e orientações de saúde; os participantes do "grupo da UnB" fizeram a apresentação de mágica, o trabalho com balões de aniversário, as pinturas faciais e doaram as bolas de futebol e bambolês distribuídos; as associações comunitárias organizaram as apresentações de dança, de música e de arte marcial; o "exército" forneceu e montou as barracas de lona verde que abrigaram as diferentes atividades desenvolvidas ao longo do dia; e, finalmente, a administração regional foi responsável por articular as parcerias, organizar a estrutura do evento e divulgá-lo.

A enunciação, mesmo que breve, desses eventos, trás alguns indicadores importantes para a compreensão das parcerias em Santa Maria, entre os quais destacam-se: o contexto de mediação política personalizada em que se realizam a diversidade do perfil dos parceiros e a aparente pluralidade de interações denominadas parceria. Digo aparente para destacar que, quando os representantes da administração falavam de ou realizavam uma parceria, vimos sempre a presença de uma interação feita sob o signo da *doação*, seja de bens ou de serviços. Contudo, qualquer interpretação mais fina dos elementos constitutivos da relação de parceria em questão há de considerar outras experiências não vinculadas às festividades natalinas; um momento que, como tão bem observou Marcel Mauss, é vivido sob o espírito da dádiva em diferentes sociedades.

Durante um desses eventos natalinos, a chefe de gabinete acenou com a possibilidade de uma parceria não eventual, ou seja, que não se restringisse à colaboração pontual em uma atividade recreativa ou em arrecadação de doações. Tratava-se do desenvolvimento de um estudo a ser realizado no assentamento da Quadra Central, vizinho à sede da região administrativa que, segundo ela nos informou, não tinha rede de esgoto. Conseqüentemente, as pessoas estariam vivendo em condições muito precárias e contaminando o lençol freático – localizado, ainda segundo ela, a cerca de três metros da superfície – com a construção de fossas sem qualquer orientação técnica. Diante disso, entrei em contato com um professor da área de Recursos Hídricos e Saneamento do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UnB, que se interessou pelo problema e se dispôs a colaborar. O primeiro passo seria marcar uma reunião com todos os envolvidos em Santa Maria.

Alguns meses se passaram até que fosse possível realizar de fato essa reunião, em meio às dificuldades de conciliar os recessos de final de ano, o calendário universitário e as agendas pessoais. Finalmente, no dia 30 de abril de 2002 à tarde, a reunião aconteceu, na sala da administradora, com a participação da chefe de gabinete, da arquiteta (em vias de ser contratada pela administração), do professor de Recursos Hídricos e Saneamento e de quatro integrantes de nosso grupo de pesquisa. Em função de fato ocorrido durante os acertos finais da reunião, havia certa expectativa de ambas as partes, extrapolando o nervosismo freqüente em todo o início de relacionamento. Ocorrera que, em uma conversa telefônica com a chefe de gabinete, após já ter agendado com todos os participantes, fui surpreendida com a mudança de pauta: não se tratava mais de discutir o problema do lençol freático, mas, sim, o projeto de casa popular "Adote uma família". Tal alteração de pauta, que para ela parecia muito natural e sem maiores conseqüências, deixou-me totalmente perplexa e constrangida. Afinal, havia convidado um colega para discutir um problema de contaminação de recursos hídricos, sua área de atuação, e agora ele teria de tratar de habitação popular? Manifestei minha surpresa e procurei conter meu descontentamento, mas ela percebeu e habilmente alegou que seriam ambas as coisas.

Nesse contexto, a reunião teve início com a chefe de gabinete narrando a história do surgimento do assentamento da Quadra Central e alguns episódios "heróicos" da ocupação e da trajetória de instalação da precária infra-estrutura urbana no local, chegando, por fim, ao problema das instalações sanitárias. Informou-nos, então, que a Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb) estava trabalhando na Quadra Central e deveria concluir a rede em quatro ou cinco meses. Conseqüentemente, no que concerne ao lençol freático, o problema estaria equacionado, sendo apenas uma questão de tempo. Nisso residiria, nós concluímos, a razão da mudança de pauta.

Ao longo de suas observações, perguntas foram sendo feitas, pelos diferentes participantes, e fotos do assentamento, tiradas pela arquiteta, circulavam de mão em mão. O foco das fotos era as condições habitacionais e, diante de uma indagação nossa, elas (a arquiteta e a chefe de gabinete) introduziram o projeto "Adote uma família". A reunião já ia longe e até então não vislumbrávamos qual poderia ser a nossa participação no programa "Adote uma família", pois a concepção e a execução do projeto de casa popular eram postas como responsabilidade das pessoas da administração. Nosso constrangimento era grande e teve seu ponto alto em um momento da reunião onde a diferença de expectativas se explicitou. Embora longo, transcrevo a seguir o trecho da reunião no qual se confrontaram os múltiplos entendimentos sobre a parceria que se procurava construir.

> *Chefe de gabinete:* Poucas [casas] são de tijolos, a maioria é de madeirite. Aí a gente pensou assim: com pouca gente a gente não consegue muita coisa, mas se nos unirmos a gente pode ajudar a muitos. Foi quando a (administradora) teve a idéia desse projeto. Por que como é que você vai pedir a uma pessoa para adotar uma família? Dar um saco de cimento? Ou madeirite? (...) Foi então que criamos esse projeto e pedimos à (arquiteta) para criar um projeto de uma casa. (...) a gente estaria usando materiais alternativos (...) e que ela também tivesse uma preocupação com a questão do deficiente. Por que Santa Maria é uma cidade que, logo no seu início, para você receber o lote aqui (...) contaria mais pontos se você tivesse um filho portador de necessidades especiais (...)[8]

8. Para os interessados nos critérios de distribuição de terras no DF, recomendo a leitura de Borges, 2004.

Eu: Mas eu te pergunto: O que você espera de mim? Que eu adote uma família? Eu estou sendo supersincera com você. Eu posso até individualmente (...). Eu estou com uma (enciclopédia) Barsa dentro do carro que minha irmã mandou. A gente doou brinquedos no Natal. Mas é uma iniciativa individual. Enquanto universidade, enquanto Departamento de Antropologia (...).
Chefe de Gabinete: Quando a gente fala de um projeto desses, a gente fala de pessoas (...).
Eu: Mas você sempre falou comigo de UnB e não de pessoas (...).
Chefe de Gabinete: Não, de pessoas. Mas você como pessoa da UnB, quer dizer, a UnB (...). Você estaria representando uma entidade. Você, pessoa, representa uma entidade (...).
Eu: Ah não, então eu acho que houve um problema de comunicação nossa, por que eu não represento a UnB.
Chefe de Gabinete: Mas você trabalha na UnB. Então você tem um grupo de alunos. O que esse grupo, juntos, poderíamos fazer? Nós não fizemos uma festa de Natal juntos?
Eu: Mas meu projeto aqui é um projeto de pesquisa (...).
Chefe de Gabinete: Mas Santa Maria é uma cidade carente (...).
[Seguem-se intervenções de outras pessoas, como a arquiteta e o outro professor presente, falando ao mesmo tempo. Instaura-se um burburinho de vozes por alguns segundos e a chefe de gabinete retoma a palavra.]
Chefe de Gabinete: Eu não estou trazendo para você o projeto e, pelo fato de você estar aqui conosco, você tem que ser madrinha. Eu generalizei, eu generalizei. Agora, a UnB entraria como? Vendo a execução da viabilidade do solo, vendo essa questão do calçamento, de fazer este projeto (...). Vocês entram com o conhecimento, com a tecnologia, com a, digamos assim (...) com o *know how* enquanto estudantes criativos (...). Então, aqueles alunos que se interessem e tal e, de repente, de repente... se um de vocês: "Não, não. A gente pode dar dez sacos de cimento", "Vocês podem?". Então uma coisa não está condicionada a outra. Isso não. Eu não entendi isso no começo não (...).
Eu: Nem eu (...). Eu só não estava conseguindo ver o outro lado da colaboração...

A reunião continuou com todos reafirmando de maneira indireta que tudo não passara de um mal-entendido e que, no fundo, concordavam quanto ao projeto e à parceria. Voltou-se, então, às discussões do detalhamento do projeto, da possibilidade de envolvimento dos alunos de engenharia e, por fim, decidiu-se que tanto a equipe de Santa Maria quanto a da UnB tentariam propor prioridades de atuação e formas de colaboração para discussão em uma próxima reunião. Essa reunião ocorreu em julho e participaram, além

de mim, apenas a arquiteta e uma técnica da Divisão de Estudo e Autorização de Projetos da administração regional. A tensão da primeira reunião se repetiu e, na medida do necessário, trarei informações sobre essa reunião mais adiante.

Apesar do desentendimento, a parceria com a administração continuou. Semanalmente, alguns membros da equipe foram a Santa Maria para realizar o levantamento de dados socioeconômicos nas residências do assentamento da Quadra Central. A participação nos eventos locais como, por exemplo, nas comemorações do aniversário da cidade, também continuaram, mas nossa presença nessas ocasiões passou a se dar, predominantemente, sob a forma de observadores. Recentemente, em função de denúncias de envolvimento com grilagem de terras, a administradora foi afastada e com ela boa parte de sua equipe com a qual mantínhamos contato. Assim, a pesquisa foi interrompida e os pesquisadores estão tentando fazer contato com as pessoas envolvidas na antiga administração. Tal tentativa dá-se em meio a dificuldades de ordem prática – já que os telefones celulares de contato eram todos da própria administração – e moral, visto a desconfiança que a aproximação de pesquisadores gera em contextos desse tipo, quando é facilmente confundida com as investigações empreendidas por jornalistas.

Entre clientes e parceiros

Uma leitura superficial desses eventos pode levar apressadamente a sua classificação como parte das representações e práticas do chamado clientelismo. Em contextos clientelistas, as trocas de favores e bens materiais marcariam a distribuição de recursos públicos, orientariam os critérios de ações sociais governamentais e, conseqüentemente, as próprias relações políticas, especialmente, nos processos eleitorais quando, então, os beneficiários ou clientes retribuiriam com seus votos os favores obtidos por intermédio dos políticos. No caso de Santa Maria, os próprios dirigentes da administração regional atuariam como uma espécie de *broker* ou mediador,

viabilizando o acesso daqueles que pertencem ao seu círculo de influência aos recursos mobilizados pela posição central que ocupam.

A força de atração desse ponto de vista encontraria amparo não apenas em teorias sociológicas sobre práticas políticas em contexto de extrema pobreza,[9] bem como nas teorias nativas, pois é parte do próprio repertório político. No imaginário político do Distrito Federal, a atitude da chefe de gabinete poderia ser considerada, e de fato o foi por várias pessoas com quem comentei o acontecido, como sendo típica do estilo de fazer política do atual governador do Distrito Federal. Joaquim Roriz, reeleito em 2002, já foi governador nomeado do Distrito Federal e ficou famoso por sua política de doações de lotes na periferia de Brasília. É acusado de populista, demagogo e clientelista pelos partidos de oposição e, freqüentemente, essa é a imagem, direta ou indiretamente, veiculada pelos meios de comunicação.

Sem desconsiderar a troca de votos e favores como mecanismo de reprodução política, entendo que tal abordagem não faz jus à densidade das relações cotidianas das quais o processo eleitoral é apenas um momento e sem as quais não pode ser entendido.[10] Ainda, as práticas observadas e vividas em Santa Maria parecem revelar uma dimensão pouco visível nos estudos de clientelismo. Estes enfatizam o uso de recursos públicos para fins políticos personalizados, enquanto em Santa Maria o que verificamos foi o empenho dos mediadores políticos na obtenção de recursos privados com o objetivo de viabilizar eventos públicos – mais que programas sociais. Pode ser que em médio prazo tal empenho se desdobre em um circuito no qual favorecimentos públicos indevidos sejam feitos aos que "patrocinaram" as ações dos governantes locais que, por sua vez, viriam a cobrar apoio político em momentos eleitorais.

9. Para os interessados nessa literatura, sugiro duas coletâneas clássicas: Gellner, Ernest et al., 1977; e Schmidt et al., 1977.

10. Para o aprofundamento das relações políticas do cotidiano e no "tempo de política" ver: Palmeira, 2001; Palmeira e Heredia, 1995; Barreira, 1998; Kuschinir, 2000; Borges, 2004; Chaves, 2003; Teixeira e Chaves, 2004.

Embora factível, não tivemos acesso a informações que nos confirmassem esse desdobramento. Nas eleições que pudemos acompanhar em 2002, em nossa condição de externalidade, encontramos principalmente a organização de uma forte rede de contatos de casa em casa "pedindo" apoio e voto para o então candidato à reeleição Joaquim Roriz. Tal organização e sistematização de mapas relacionais chamaram-nos a atenção pelo contraste com as outras ações rotineiras e os eventos promovidos pela região administrativa, marcados por uma dinâmica que, sob nossa perspectiva, aproximava-se de uma improvisação ordenada. Mas, principalmente, essa articulação revelou o enraizamento que as pessoas da administração regional haviam alcançado na localidade em cerca de dois anos. Era a primeira eleição que vivenciavam estando à frente da região administrativa e, considerando que não eram residentes na cidade e tampouco lideranças oriundas dessa localidade, conseguiram mobilizar um grande número de donas de casa que, organizadas por quadra, faziam visitas de porta em porta. Tal capacidade é um indício vigoroso do trabalho cotidiano desenvolvido pelas pessoas na região e, também, da eficácia de sua mediação política com relação aos moradores.

Contudo, como vimos, o empenho desses políticos envolvia não apenas empresários locais, mas, também, a atração de setores de classes médias sob o argumento de necessitarem de ajuda para as suas realizações em uma "comunidade carente" como Santa Maria. Não vejo como muito provável a possibilidade de nesses casos virem a ser cobrados benefícios políticos (lotes, cargos locais, votos, etc.) em retribuição à ajuda oferecida. Estamos em um circuito de relações que parecem se processar sob o signo da dádiva, mas que se imbricam em redes políticas na medida em que um dos "parceiros" da relação é parte da burocracia do Estado. São funcionários políticos que buscam suscitar a generosidade como meio de promoção de políticas públicas e, nesse processo, os *eventos* revelaram-se muito mais eficazes que programas ou projetos. Nesses casos, o caráter efêmero da parceria prescindiria de planejamento conjunto, atribuição de responsabilidades e, acima de tudo, negociação de interesses comuns a ser realizados em médio prazo por ambas as partes. O sentido de "fazer juntos"

terminaria suplantado por um senso de justiça social de natureza imediata e, ao mesmo tempo, transcendente; algo muito semelhante à caridade na qual o tempo e o circuito das trocas é distendido a tal ponto que perde significado no plano dos sujeitos diretamente envolvidos, remetendo ao âmbito das recompensas incomensuráveis (Mauss, 1974).

À luz dessas observações etnográficas, as análises desenvolvidas nos estudos de clientelismo não dão conta da realidade específica que vivenciamos nas experiências de parceria em Santa Maria.[11] Ainda, a convicção da pura negatividade dessas práticas reduz os impasses narrados na referida reunião ao fato da atual administração ser parte de um governo considerado clientelista, sendo, portanto, de responsabilidade exclusiva da chefe de gabinete e dos demais membros da administração regional presentes.

O que pretendo aqui é propor interpretações que devolvem a reunião à condição de interação, na qual todos os elementos envolvidos são considerados constitutivos do desentendimento narrado, levando a sério a pretensão de verdade contida nas alegações de nossos "parceiros". Trata-se de explorar tal desentendimento como sendo uma expressão particular do potencial conflituoso que seria próprio à concepção de parceria, em sua proposta de sintetizar a dimensão voluntária da solidariedade e o pressuposto contratual da cidadania.[12]

Parceria, cidadania e solidariedade

A concepção de parceria como uma categoria política está vinculada à proposição de uma "terceira via" para a revitalização da prática democrática,

11. Conferir Auyero, 1999.

12. Sou particularmente grata ao Luís R. Cardoso de Oliveira pelas várias horas agradáveis e frutíferas em que se dispôs a discutir a pesquisa de Santa Maria e, também, aos pesquisadores do grupo, em especial, ao Martiniano Neto. Agradeço, ainda, ao Wilson Trajano Filho pela leitura cuidadosa das versões iniciais deste texto que resultaram em comentários instigantes. Muitas das reflexões que pontuarei a seguir são fruto dessas discussões e interlocuções.

intensificando a participação da sociedade civil[13] além dos momentos consagrados de escolha de sua representação nos poderes constituídos. Trata-se, portanto, de uma categoria que nasce no campo das reflexões sobre cidadania no mundo contemporâneo. Nas palavras de Anthony Giddens, um de seus maiores ideólogos:

> A promoção de uma sociedade civil ativa é uma parte básica da política da terceira via. (...) Estado e sociedade civil deveriam agir em parceria, cada um para facilitar a ação do outro, mas também para controlá-la. O tema da comunidade é fundamental para nova política, mas não só como *slogan* abstrato. O avanço da globalização torna um foco comunitário tanto necessário quanto possível, por causa da pressão para baixo que exerce. "Comunidade" não implica a tentativa de recapturar formas perdidas de solidariedade local; diz respeito a meios práticos de fomentar a renovação social e material de bairros, pequenas cidades e áreas locais mais amplas (Giddens, 1999: 88-89).[14]

A parceria concebida pelos partidários da terceira via parece por em jogo um novo contrato social entre Estado e sociedade civil, no qual se daria a partilha da responsabilidade na promoção do interesse público. Em clara reação ao *Welfare State*, os chamados Novos Democratas (EUA) ou Novos Trabalhistas (Inglaterra) defendem que "não há direitos sem responsabilidade" (Giddens, 1999: 75), numa crítica direta à idéia de que existiriam direitos incondicionais e livres de obrigações por parte dos cidadãos, principalmente, os pobres e despossuídos.

A proposta de parceria, porém, não se esgota nessas fronteiras, transbordando-as e sendo apropriada por vários outros segmentos políticos, em especial, aqueles comprometidos com as ações do "terceiro setor". A concepção de um "terceiro setor", embora tenha vindo a englobar, como veremos, atividades muito diversas, tem origem na experiência das

13. Refiro-me aqui à sociedade civil no sentido de um conjunto de indivíduos pensado e que se pensa segundo relações de direitos e deveres. Um autor interessante no debate sobre a distinção entre sociedade civil e sociedade política é Chatterjee, 2004.

14. Ver, também, Giddens, 2001.

Organizações Não Governamentais (ONGs) dos anos 1970 e 1980.[15] Essa experiência, segundo uma de suas versões,[16] surge sob a égide da parceria e traz, de uma outra perspectiva, a dimensão mediadora que habita esse tipo de relação:

> As agências de cooperação internacional necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar sua execução e prestar contas (...). Não tinham como chegar direta e regularmente aos movimentos sociais, pois estes, justamente, careciam de estabilidade institucional. E assim surgiram as ONGs latino-americanas, num jogo de reforços mútuos, como *parceiras* da cooperação internacional no apoio às ações comunitárias e aos movimentos de promoção social (Fernandes 1994: 80. Grifo meu).

Claramente, os parceiros surgem aqui como condição para que as agências de ajuda internacional tivessem acesso às associações comunitárias; sendo a conexão e, principalmente, a instituição mediadora. Se, por um lado, os membros das organizações não governamentais se apresentavam como detentores do conhecimento acerca de grupos locais legitimamente aptos a receberem os recursos internacionais destinados a "projetos" sociais; por outro, possuíam o "saber fazer" necessário à concepção, implementação e prestação de contas (qualitativa e quantitativa) desses projetos. "Num jogo de reforços mútuos", a sua própria existência parecia depender da mediação desses recursos que, em parte, garantiam o pagamento daqueles que compunham os quadros de colaboradores, assessores e funcionários nas organizações não governamentais.

No prefácio escrito pelo co-diretor Miguel Darcy de Oliveira do Comitê Executivo da *Civicus* – Aliança Mundial para Participação dos Cidadãos – ao relatório sobre a América Latina, a dimensão da solidariedade aparece claramente articulada à da cidadania na constituição do terceiro setor:

15. Dentre os vários estudos sobre organizações não governamentais no Brasil, destaco a tese de doutorado de Landim, 1993.

16. Cf. Fernandes, 1994.

> Ao Norte e ao Sul do planeta, homens e mulheres, nos últimos anos, têm criado e ampliado seus espaços de liberdade e de participação. Em contraponto à lógica do poder que prevalece nas relações entre Estados e à lógica do lucro que orienta a ação das empresas no mercado iniciativas empreendidas por cidadãos afirmam o valor da solidariedade. Um *terceiro setor* – não lucrativo e não governamental – coexiste hoje, no interior de cada sociedade, com o setor público estatal e com o setor privado empresarial (Fernandes, 1994: 12).

Aqui não se trata mais de um contrato cívico de co-responsabilidade entre o poder público e os cidadãos – tampouco da triangulação entre ajuda internacional, organizações não governamentais e movimentos sociais antes referidos; mas, sim, de relações de apoio e de solidariedade entre diferentes setores da sociedade, até mesmo, instituições governamentais. Embora não elaboradas explicitamente, as possibilidades de colaboração entre setores – classificados em torno da combinação entre os critérios de público ou privado, lucro ou não-lucro – podem ser rastreadas na diversidade de experiências apresentadas ao longo do relatório. Neste encontramos iniciativas de filantropia empresarial; contratos entre organizações não governamentais e instâncias governamentais; experiências de união de autoridades locais, empresários, associações civis e opinião pública em defesa de sua localidade frente ao governo central; e participações de lideranças espíritas, ligadas a curas espirituais em campanhas de cidadania (Fernandes, 1994: 132-134).

Assim, observamos que na lógica da prática tais encontros, parcerias ou conexões implicam novas dinâmicas políticas que aproximam e articulam práticas e orientações provenientes de tradições distintas e que, historicamente, estiveram muitas vezes de lados opostos. Mobilizam, portanto, sujeitos, trajetórias e valores diversos, engendrando, nesses novos parceiros, tensões e relações de poder desconhecidas anteriormente. Desafiam modelos normativos e teóricos a considerar as múltiplas dimensões atravessadas nessas experiências, nas quais os sujeitos políticos podem ser pessoas, instituições, diversas associações comunitárias, cidadãos nacionais e planetários, instâncias governamentais e não governamentais ou políticos tradicionais e progressistas; e os valores envolvidos abarcam a fé religiosa, as ideologias libertárias e ecológicas, o assistencialismo, o socialismo e o

pragmatismo de implementação de políticas públicas vinculadas tanto ao chamado neo-liberalismo quanto ao clientelismo.

Dessa perspectiva, reduzir os conflitos ocorridos na referida reunião em Santa Maria ao pertencimento político dos representantes da administração regional soa quase patético. Agora, podemos avaliar que estavam em confronto duas concepções de interação política que, sob a denominação comum de parceria, apareciam como sendo idênticas.

De um lado, vimos os membros da administração regional destacando a dimensão moral da relação de parceria, esperando nosso envolvimento total com Santa Maria, ou seja, um engajamento no sentido forte da palavra com a "comunidade". Para elas estava em jogo a solidariedade incondicional entre os que têm e os que não têm, não sendo tão relevante o que estava sendo doado, mas o próprio ato de doar. A chefe de gabinete referiu-se inúmeras vezes ao pesquisador que, do nosso grupo, se fazia mais presente em Santa Maria com exclamações: "Ele ama Santa Maria! Ele vai acabar mudando para cá". Era uma clara valorização da afetividade, vista por ela na presença assídua daquele pesquisador em especial, no comprometimento que estava sendo construído na parceria conosco.

Nas diferentes vezes em que estivemos em Santa Maria, as mulheres que compunham a direção da região administrativa mostraram-se cientes da carência local e, à sua maneira, que muitas vezes nos pareceu imediatista, improvisada e desorganizada, revelaram-se dotadas de sensibilidade para a urgência dos problemas que lhes chegavam, buscando soluções rápidas, não importando se provisórias e passageiras. Embora falando a linguagem de projetos e programas, suas intervenções não nos pareceram seguir ou valorizar um planejamento em médio prazo. O foco sempre era em *eventos*, em ações de curto prazo. Tampouco percebemos qualquer hierarquia de critérios sociais e econômicos na escolha de quais situações ou moradores seriam atendidos na resolução de seus problemas. O que parecia operar eram contatos pessoais ou, em algumas situações excepcionais, a pressão feita por manifestações organizadas pelos moradores. Assim, os ritmos e os envolvimentos dos parceiros acabaram se revelando um obstáculo mais difícil que quaisquer diferenças político-ideológicas – que nunca chegaram a surgir explicitamente.

De outro lado, o grupo da UnB sentia-se profundamente instrumentalizado e desrespeitado pelos pedidos de doações pessoais que lhes eram feitas. O que buscávamos era uma parceria contratual, em que ficasse de início claro quais os papéis de cada um dos termos da relação. Nossos pressupostos de exercício de cidadania rejeitavam o estabelecimento de conexões de doação de "coisas" e de troca de favores. A solidariedade colocava-se sob o signo da participação via pesquisa, entrar em outras parcerias foi visto como o mal necessário à sua realização. Essa postura focada no papel social de pesquisador ou de professor da UnB foi de difícil negociação, sendo um dos nós geradores de desentendimentos. Para nossos interlocutores, na administração não havia distinção entre nossa existência pessoal e nossa pertença institucional, como vimos no diálogo transcrito da reunião, e nossa insistência em separar essas dimensões e priorizar o papel institucional foi, por vezes, tomada como distanciamento e frieza.

Na segunda reunião realizada na sede da região administrativa com a arquiteta, foi confirmado o que já havíamos percebido na reunião anterior, ou seja, que nossa participação na concepção do projeto habitacional não estava em questão. O que nos foi sugerido foi, mais uma vez, uma colaboração pontual por meio da obtenção de informações técnicas que elas julgassem necessárias, tais como, por exemplo, o uso de materiais alternativos em construções populares. Diante de minha insatisfação com essa parceria tão desigual e das minhas alegações de que essa participação era muito pouco, ela retrucou: "Como pouco? Vocês vão estar ajudando esse tanto de gente! Acham pouco?". Assim, a tradução dos valores de igualdade e impessoalidade da cidadania em indiferença e ausência de responsabilidade pessoal se fez sob meus olhos e em relação à minha postura. Ficou claro que, muito mais que trocas, *buscava-se impor uma definição cultural de como resolver os problemas sociais naquela localidade e qual o papel que nos cabia.*[17]

A ausência de um universo comum de valores e práticas, que pudesse assegurar o sentido do que estava sendo dito e proposto, revelou-se em

---

17. Para uma abordagem afim desse tipo de problemática, ver Auyero, 2001.

toda a sua extensão, indo muito além dos assuntos estritamente políticos. Da perspectiva da definição de realidade dos sujeitos locais, a dimensão de universalismo e desenraizamento que a noção de cidadania comporta mostrou-se avessa à valoração do vínculo social por si, no caso, dos laços pessoais de solidariedade e de generosidade. Nossa exigência de explicitação das condições da parceria colocou em evidência os limites da conversão entre os preceitos da cidadania e da solidariedade que pareciam superados nos debates sobre solidariedade igualitária e ou hierárquica.[18] A solidariedade pertence ao universo dos atos voluntários e, deste modo, perde eficácia quando remetida ao debate em termos de direitos e atribuições. É como se ela se apequenasse e se aproximasse da barganha, essa atitude que não respeita a temporalidade essencial que separa os gestos de dar, receber e retribuir. Este é o sentido da reação expressa pela arquiteta ao exclamar: "Como pouco? Vocês vão estar ajudando esse tanto de gente! Acham pouco?". A relação, nesse ponto específico, esgarçou-se, e a *parceria* como palavra articuladora mostrou sua fragilidade simbólica, ao ter de se atualizar em práticas e sentimentos que, naquele momento, apresentaram-se como sem qualquer referência ou medida comum.

Esse talvez seja um dos maiores desafios das noções de cidadania e sociedade civil democráticas, e que a concepção de parceria parece buscar superar: sua evocação de totalidades, freqüentemente com fortes conotações jurídicas, exclui e rejeita os agrupamentos vivenciais específicos. Uma nova linguagem é importante, mas, como vimos, não basta. Se, em termos conceituais, estudiosos e ideólogos conseguiram aproximar a cidadania e a solidariedade no universo das relações democráticas, no cotidiano das interações tal aproximação, embora venha sendo experimentada, enfrenta desafios que devem ser, por sua vez, considerados conceitualmente. No caso específico aqui abordado, a solidariedade cívica que parecia solucionada na construção das *parcerias* revelou-se paradoxal na simultaneidade pretendida entre o laço condicional e o incondicional.[19] Se sua vinculação à

18. Conferir esse debate em diferentes contextos na revista Sociedade e Estado. Vol. XVI, n. 1-2, jan./dez., 2001.

19. Para uma reflexão profícua sobre essa questão na construção do paradigma da dádiva, ver Caillé, 2002 e Godbout, 1999.

resolução de problemas ou ao encaminhamento de eventos favorece sua natureza contingencial e não necessária, ao mesmo tempo, sua efetividade requer a constituição de relações de confiança mútua entre diferentes, independentemente de garantias contratuais e sem reproduzir a dinâmica clientelista – principalmente em se tratando de parceria de médio e longo prazo, tais como, projetos e programas sociais. Assim, a pretensão das parcerias de se constituírem em uma alternativa democrática às práticas personalistas tradicionais, resgatando em novos termos políticos a dimensão moral dos vínculos entre pessoas socialmente localizadas, parece estar apenas tenuemente sendo tecida no movimento constante de invenção do mundo cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUYERO, Javier. 1999. From the client's point(s) of view: How poor people perceive and evaluate political clientelism. *Theory and society*, v. 28/2, April.

______. 2001. *Poor people's politics*. Durham e London: Duke University Press.

BADANHAN, Marco Antônio. 1995. *A democratização da capital federal*. Brasília: partidos e eleições (1985 a 1994). (Dissertação de Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília.

BARREIRA, Irlys. 1998. *Chuva de papéis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BORGES, Antonádia. 2004. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

CAILLÉ, Alain. 2002. *Antropologia do dom*. Petrópolis: Ed. Vozes.

CHATTERJEE, Partha. 2004. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA.

CHAVES, Christine de A. 2003. *Festas da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

COHEN, Anthony P. (Ed.). s/d. *Belonging*. Newfoundland: Institute of Social and Economic Research.

FERNANDES, Rubens César. 1994. *Público porém privado*. O terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

GELLNER, Ernest et al. (Eds). 1977. *Patrons and clients mediterranean societies*. London: Duckworkth.

GIDDENS, Anthony. 1999. *A terceira via*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

______. 2001. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.

GODBOUT, Jacques T. 1999. *O espírito da dádiva*. Rio de janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

HERZFELD, Michael. 1992. *The social production of indifference*. Chicago: The University of Chicago Press.

KUSCHINIR, Karina. 2000. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LANDIM, Leilah. 1993. *A invenção das ONGs, do serviço invisível à profissão sem nome*. (Tese de Doutorado) – PPGAS, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MAUSS, Marcel. 1974. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP.

NETO, Martiniano. 2002. *Os múltiplos símbolos da "comunidade de Santa Maria"*. Mimeo.

PALMEIRA Moacir. 2001. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza. (Org.). *O dito e o feito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. 1995. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, n. 94.

SCHMIDT, Steffen et al. (Eds.). 1977. *Friends, followers, and factions*: reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press.

SHILS, Edward. 1992. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel.

TEIXEIRA, Carla C. 2002. Retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral: o caso Cristovam Buarque no Distrito Federal. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irlys (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

TEIXEIRA, Carla C.; CHAVES, Christine de A. (Org.). 2004. *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Resumo

Este trabalho discute um padrão de relação que há pouco vem se impondo no cenário político brasileiro, as *parcerias*, pondo em diálogo as abordagens e reflexões oriundas de duas vertentes de estudos antropológicos: os estudos clássicos sobre clientelismo político e as recentes pesquisas sobre o conjunto de práticas que vem sendo chamado, por pesquisadores e atores sociais, de "terceiro setor". Trata-se de explorar, a partir das investigações etnográficas desenvolvidas na cidade de Santa Maria (DF), algumas questões sobre as conexões entre, por um lado, redes de ajuda mútua e solidariedade moral e, por outro, contrato cívico e políticas públicas, na busca de compreender as práticas estabelecidas pelos administradores daquela localidade.

Abstract

This article discusses a new pattern of relationship that has been imposing itself in the Brazilian political scene: partnerships. This has stimulated a dialogue between approaches and reflections originating from two anthropological strands: classic studies on political clientelism and recent works on the set of practices that have come to be called the "third sector." Working from ethnographic studies done in the city of Santa Maria (DF), the text focuses on the connections between, on the one hand, networks of mutual help and moral solidarity and, on the other hand, on civic contracts and public policies, in an effort towards understanding the practices established by local administrators.